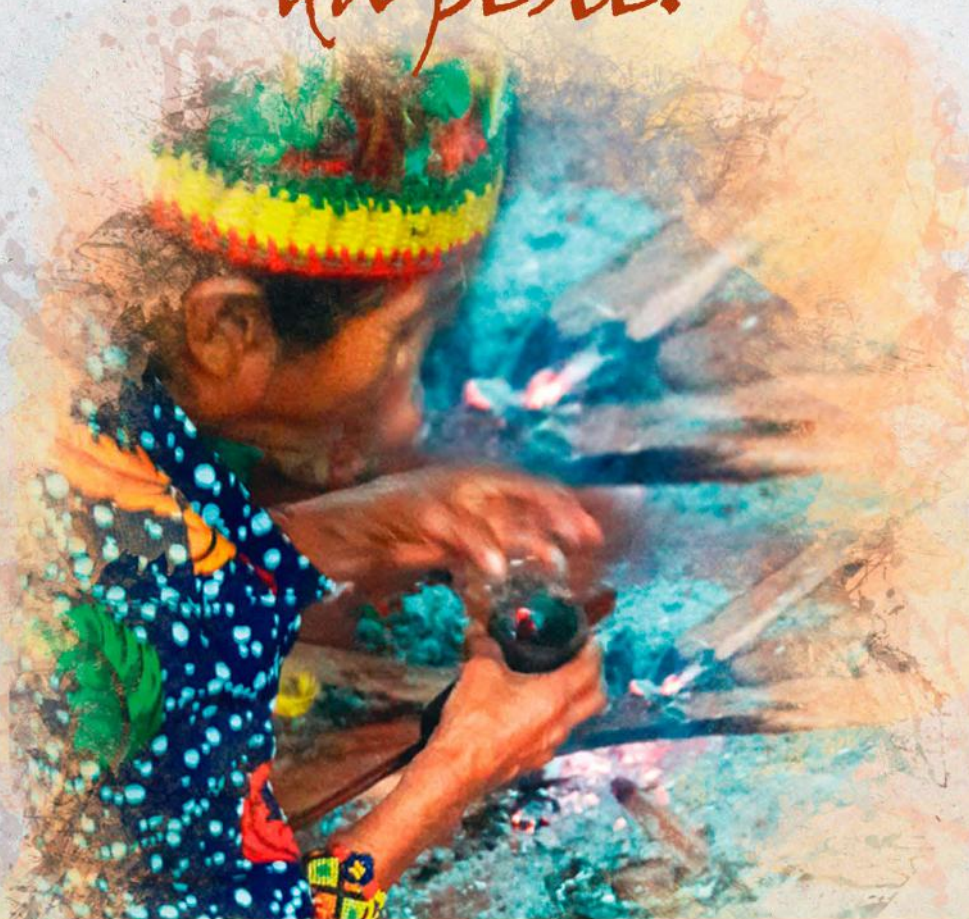


Clovis Antonio Brighenti
Organizador

Memórias indígenas da peste:



**EPIDEMIAS E PANDEMIAS
NA AMÉRICA LATINA**



Pedro & João
editores

**MEMÓRIAS INDÍGENAS DA PESTE:
EPIDEMIAS E PANDEMIAS NA
AMÉRICA LATINA**

CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI
(Organizador)

MEMÓRIAS INDÍGENAS DA PESTE:
EPIDEMIAS E PANDEMIAS NA
AMÉRICA LATINA


Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Clovis Antonio Brighenti [Org.]

Memórias indígenas da peste: epidemias e pandemias na América Latina.

São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 371p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-839-5 [Impresso]

978-65-5869-781-7 [Digital]

1. Memórias indígenas. 2. Peste, epidemia e pandemia 3. Povos indígenas.
4. América Latina. I. Título.

CDD – 900

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Sumário

Prefácio 7

Apresentação 17

PARTE I

As pestes na perspectiva histórica

A colonização dos corpos. A doença como ferramenta de dominação 31

Elaine Pereira Rocha

Epidemias entre indígenas do litoral do Brasil no Século XVI 63

Benedito Genofre Prezia

As palavras para tempos de peste: a linguagem Guarani das doenças epidêmicas no século XVII 99

Francisco Silva Noelli

Os culpados pelas pestes e mortandades. Discurso e problema dos missionários na crise demográfica do México indígena no século XVI 159

Alexandre Camera Varella

A incidência da malária entre os Avá-Guarani Paranaenses como manifestação do neocolonialismo 201

Clovis Antonio Brighenti

PARTE II

Coronavirus entre povos indígenas

Biopolítica de la cuarentena en La Paz Y El Alto - Bolivia	233
Víctor Hugo Perales Miranda	
Coronavirus <i>Unquymanta</i>: entre la reinención y desestructuración campesina en el Perú (un análisis de las comunidades quechua post covid-19)	261
Cliver Ccahuanihancco Arque	
Las morales de resistencia indígena en Xochistlahuaca, México	279
J. Kenny Acuña Villavicencio	
Los <i>Nn'a ncue Ñomndaa</i>: la pandemia por COVID-19 y las virtudes de lo cotidiano	305
Ever Sánchez Osorio Manuel Garza Zepeda	
As prisões de pessoas indígenas em meio à pandemia e a urgência do desencarceramento	351
Caroline Dias Hilgert Michael Mary Nolan Viviane Balbuglio	
Biografia dos autores e autoras	367

Prefácio

A coletânea “*Memórias indígenas da peste: epidemias e pandemias na América Latina*” reúne textos que têm como eixo estruturante doenças que afetaram/afetam os povos indígenas na América Latina, em dois recortes: o período colonial e pós-colonial e o período recente da pandemia de Covid-19. É possível observar fios condutores em todos os artigos, que coerentemente demonstram que sempre houve, de um lado, projetos de exploração (ou mesmo de extermínio) atingindo os corpos e os territórios indígenas e, de outro, a resistência desses povos. Ouso dizer que se essa obra fosse um filme, cenas passadas se conectariam perfeitamente com planos em *flashforward* e cenas atuais teriam sentido com tomadas em *flashback*. Ou seja, as narrativas aqui contidas permitem alternâncias no plano temporal, expondo as continuidades e descontinuidades históricas vividas pelos indígenas frente a doenças.

Os artigos tratam de contextos brasileiros, mexicanos, boliviano e peruano, deixando claro que, no caso das epidemias e outras doenças de longa duração, não é uma maior suscetibilidade e/ou diferença biológica dos indígenas o fator chave para a sua devastação e declínio demográfico, especialmente até a segunda metade do século XX. Segundo as autoras e autores foram (e continuam sendo) as práticas e ações políticas de não indígenas as grandes responsáveis pela produção das desigualdades e vulnerabilidades, propiciando a propagação de doenças que levam a maiores taxas de morbidade e mortalidade desses povos em comparação a outros grupos populacionais.

Os projetos de colonização na América Latina incluíam os deslocamentos forçados dos nativos, o fomento às guerras entre grupos indígenas, a escravização e as doenças (não só a varíola, mas também tuberculose, sarampo, gripe e aquelas provocadas pela falta de comida, entre inúmeras outras), como nos esclarece Elaine Pereira Rocha. Benedito Antonio Genofre Prezias,

explorando o papel da igreja católica nos primeiros séculos da colonização no litoral brasileiro, apresenta um paradoxo: ao mesmo tempo que os aldeamentos religiosos davam certa proteção aos indígenas, evitando a escravização pelos portugueses, deixavam as terras nativas liberadas para a exploração dos invasores e propiciavam as contaminações devido às aglomerações. Também, os missionários tinham interesses em “transformar, bloquear e eliminar a liderança política e espiritual” dos indígenas, vendo vantagens quando havia grupos contagiados, segundo Francisco Noelli. Esse autor, ao analisar os registros sobre as doenças em língua Guarani em dois dicionários, compilados pelo missionário Montoya no século XVI, nos chama a atenção para outro paradoxo: os dicionários serviram à época para o projeto colonial e hoje significam para os Guarani o registro detalhado de como seus antepassados tinham um sistema classificatório elaborado e complexo para as doenças que os devastavam. De modo semelhante, Alexandre Camera Varella expõe como os missionários católicos no México do século XVI manipulavam a linguagem, com um discurso que acusava certos grupos sociais, incluindo lideranças indígenas que se opunham à evangelização, como responsáveis pela decadência indígena, em resposta “à diminuição do rebanho de neófitos”. Por outro lado, também como recurso político, os nativos utilizavam a narrativa da natureza fraca para contrapor a exploração pelos colonizadores. Evocando Todorov (1993), “em si, a linguagem não é um instrumento unívoco: serve igualmente à integração no seio da comunidade e à manipulação de outrem” (p. 118).

No caso das doenças, uma das estratégias era o uso deliberado de material contaminado para transmitir os vírus, como nos conta Elaine Pereira Rocha. Contemporaneamente, sem ignorar formas diretas e indiretas que causam doenças agudas e de longa duração, como o uso dos agrotóxicos e dos produtos químicos no garimpo, que contaminam águas, solos, plantas, humanos e não humanos

nos territórios indígenas¹, me interessa aqui ressaltar outras maneiras de disseminar agentes etiológicos.

Clovis Antonio Brighenti, analisando o surto de malária entre os Avá-Guarani da região da hidrelétrica de Itaipu no início da década de 1980, nos expõe o papel de um grande projeto desenvolvimentista (a construção da Itaipu Binacional), que ao fazer desaparecer o território Guarani e represar a comunidade em uma pequena faixa de terra entre a lagoa de águas paradas e pútridas da barragem e os latifúndios do agronegócio, tornou-a alvo dos mosquitos transmissores da malária. Seus direitos ignorados pelos representantes estatais e pela Itaipu, aprofundando as desigualdades sociais e as iniquidades em saúde, porém, não foi a única consequência sinistra, juntando-se o preconceito e o estigma por parte dos não indígenas da região, que os acusaram de serem os propagadores da doença. O autor alerta que na pandemia, novamente os Avá-Guarani foram culpabilizados como sendo os vetores da Covid-19.

No caso do SARS-CoV-2, vírus da Covid-19, podemos trazer outros exemplos para o contexto brasileiro. O governo federal, sob a presidência de Jair Bolsonaro, editou 3.049 normas relacionadas à pandemia entre janeiro e dezembro de 2020, evidenciando, segundo o “Boletim Direitos na Pandemia”², que o excesso normativo fragmenta

¹ Sobre dispersão de agrotóxicos em terras indígenas, ver por exemplo: <https://apublica.org/2019/08/agrotoxico-foi-usado-como-agente-laranja-em-comunidades-indigenas-diz-procurador/>; <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/21/agrotoxico-e-usado-como-arma-quimica-contra-aldeias-indigenas-em-ms.htm>. Sobre o mercúrio em terras indígenas, ver: RAMOS et al. (2020); também sugiro o “Observatório do Mercúrio”, uma plataforma criada em 20 de julho de 2021 e que traz estudos e dados relacionados ao mercúrio e à exploração de ouro, mostrando ainda o garimpo legal e ilegal em terras indígenas da região pan-amazônica (Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/plataforma-sobre-mercurio-e-garimpo-na-regiao-pan-amazonica-foi-lancada-na-ultima-terca>).

² Publicado quinzenalmente até janeiro de 2021 pelo Conectas Direitos Humanos e pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Vale mencionar

a regulação sanitária de emergência, restringe a atividade legislativa e propicia a judicialização da saúde. Outro aspecto revelado pela compilação e análise das normas editadas é que não houve a participação cidadã no processo de elaboração dessa legislação federal. Conforme os autores, há “uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República” (ASANO et al., 2021, p. 6), somada à ausência da perspectiva de direitos humanos. Para além do normativo, o presidente Jair Bolsonaro tem sido o principal “garoto propaganda” das pautas antivacina, anticiência e antidireitos humanos (direitos de indígenas, de mulheres e de pessoas negras, LGBTIQ+ e que vivem com incapacidades), apregoando o uso de medidas comprovadamente ineficazes contra o coronavírus (como os medicamentos do chamado “kit-Covid” e a imunização de rebanho).

Nas primeiras semanas de março de 2020, o Ministério da Saúde brasileiro lançou o “Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas”, sem a participação indígena e tampouco contendo medidas concretas, cronograma e definição de responsabilidades (ASANO et al., 2021). Já nesse momento, o Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou que o executivo estabelecesse um plano emergencial para os indígenas vivendo em terras indígenas e nas cidades, visando enfrentar a pandemia. Também nesse período, uma Portaria da Fundação Nacional do Índio (Funai) permitia que grupos indígenas isolados fossem contatados, medida logo alterada após pressão do Ministério Público Federal (MPF), que alertou para os riscos de expor essas comunidades ao vírus caso o contato fosse realizado por instâncias sem preparação técnica e capacidade legal (ASANO et al., 2021).

que o CEPEDISA/FSP/USP continuou a produzir o Boletim, sendo que o último disponível neste momento foi publicado em janeiro de 2022, informando que entre janeiro de 2020 e agosto de 2021 o governo federal, no âmbito do executivo, editou 4.369 normas relacionadas à pandemia de Covid-19.

Se no Brasil houve boicote da esfera federal às ações de proteção aos povos indígenas e a outros grupos vulneráveis, no México, no Peru e na Bolívia os respectivos governos adotaram planos que se mostraram problemáticos, como apontam autores dessa coletânea. Entre os Amuzgos/*Nn'ancue Ñomndaa*, do estado de Guerrero, México, Ever Sánchez Osorio e Manuel Garza Zepeda revelam que as medidas impostas pelo governo mexicano foram de caráter universalizante (uso de máscaras, restrição de deslocamentos), ignorando o contexto específico desse grupo. Também, a tradução de materiais para as línguas indígenas, com ênfase para os cuidados de higiene, definida nacionalmente como uma estratégia relevante e disponibilizada pela internet, encontrou sérias barreiras e descortinou novas desigualdades: muitos povos não têm acesso (ou o acesso é precário) à internet, ao computador, à televisão. No caso peruano, com base em pesquisa em quatro comunidades Quechuas e camponesas, Cliver Ccahuanihancco Arque nos mostra como um país que tem um sistema de saúde fragmentado não conseguiu garantir os cuidados sanitários aos indígenas. Já Victor Hugo Perales Miranda, analisando os dados oficiais de casos, de recuperados e de mortes por Covid-19 em duas regiões bolivianas, demonstra que as medidas para enfrentar a pandemia (a quarentena total foi a principal) assumiram um caráter repressivo e coercitivo, com um número elevado de pessoas presas em seis meses de 2020, especialmente em zonas onde havia uma clara oposição ao governo de Jeanine Áñez – nessas zonas, a análise provou que não existia uma propagação alarmante de contágios.

Voltando ao Brasil, Caroline Dias Hilgert, Michael Mary Nolan e Viviane Balbuglio, fechando essa obra, abordam um tema pouquíssimo debatido, seja na academia como no judiciário, legislativo e executivo. Indígenas em situação de encarceramento estão invisibilizados por falhas nos sistemas de registro, pela não disponibilização das informações oficiais e pela não transparência. As autoras, obtendo dados por meio da Lei de Acesso à Informação, desvelam um quadro assustador desde 2017, mesmo não tendo conseguido informações completas de todos os estados brasileiros. Demonstram que desde esse período houve aumento importante

de indígenas presos, especialmente nos estados do Mato Grosso do Sul e de Roraima, não à toa aqueles com mais problemas fundiários e de garimpo ilegal nas terras indígenas, respectivamente. Enfatizam o aumento crescente de prisões desde 2020, com dados sobre indígenas presos infectados ou que vieram a óbito pela Covid-19 de somente sete estados. Ou seja, sabemos muito pouco sobre a situação de indígenas privados de liberdade, o que dificulta sobremaneira não só o processo de desencarceramento, mas também o acesso aos serviços de saúde, especialmente quando ocorre um grave problema sanitário.

Esses cenários anunciam a dura luta que seria enfrentada pelos povos indígenas e seus movimentos durante a pandemia. No Brasil, em nível nacional, muitas iniciativas pressionaram os três poderes, valendo mencionar particularmente duas delas.

No dia 1 de julho de 2020, foi protocolado no STF a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 709, com pedido de medida liminar, apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e seis partidos políticos, requerendo a adoção de uma lista de providências, tendo em vista que as falhas e omissões no combate ao coronavírus entre os povos indígenas configuravam “graves lesões a preceitos fundamentais” da Constituição Federal de 1988 (APIB et al., 2020, p. 2). O ministro do STF Luís Roberto Barroso, responsável pela condução dos trabalhos da ADPF 709, deu à união o prazo de 30 dias para a elaboração de um Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19, aplicável sem restrições a todas comunidades indígenas (vivendo em terras indígenas homologadas e não homologadas e em áreas urbanas). O Plano deve contar com a participação do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e de representantes indígenas, apoiados tecnicamente por um grupo de consultores *ad hoc* da Fundação Oswaldo Cruz e do Grupo Temático Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Passados 19 meses, o governo federal não cumpriu todas as exigências da ADPF 709, cujo plano não está totalmente aprovado e, agravando a situação, vem premeditadamente esvaziando medidas aprovadas,

por meio de atos, como alguns originados na Funai (por exemplo, a tentativa de instituir critérios de heteroidentificação³ e a não conclusão da homologação de territórios), justificando assim a interrupção da prestação de serviços a comunidades cujas terras ainda não tenham sua regularização concluída (STF, 2022). Em 14 de fevereiro de 2022, no âmbito da mesma ADPF, o CNDH manifestou-se sobre os cortes feitos pela união no orçamento de 2022 para a política indigenista, a regularização fundiária quilombola e a política de reforma agrária, salientando que “Os cortes recorrentes e em escalas alarmantes reforçam a política de extermínio que vem sendo implementada pelo governo federal em face dos povos e comunidades tradicionais” (CNDH, 2022, p. 3).

A outra iniciativa é a Lei n. 14.021, de 7 de julho de 2020, que tem como públicos alvos os indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e povos e comunidades tradicionais. No caso dos territórios indígenas, determina ações de vigilância epidemiológica e sanitária, cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19, entre outras ações. Essa Lei foi construída por membros da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, do poder legislativo federal, coordenada pela indígena deputada Joenia Wapichana (FRENTE, 2020). Na aprovação da Lei, houve 22 vetos do presidente da república que atingiam diretamente os povos indígenas, entre eles o acesso à água potável, a distribuição gratuita de material de higiene às comunidades (em qualquer contexto), a elaboração e distribuição de material informativo sobre a Covid-19 (com participação dos indígenas e nas línguas nativas), a oferta emergencial de leitos hospitalares e de unidade de terapia intensiva e a aquisição ou disponibilização de ventiladores e de máquinas de oxigenação sanguínea. Após forte pressão da Frente, do movimento indígena e mobilização civil, 16 vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional, incluindo estes citados.

³ Essa resolução foi derrubada, pois violava o art. 231 da Constituição Federal e o art. 1º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Em nível local, os indígenas se organizaram adotando medidas de proteção, como controle de entrada e saída de pessoas em seus territórios, campanhas de arrecadação para garantir alimentos e material de higienização e proteção individual, elaboração e distribuição de material educativo nas línguas nativas sobre o coronavírus, a pandemia e a vacinação, entre várias outras ações. Junto às medidas sanitárias e de segurança alimentar, acionaram seus saberes e práticas em saúde, à semelhança do que nos descrevem os dois capítulos sobre os Amuzgos/*Nn'ancue Ñomndaa*, no México, escritos por J. Kenny Acuña Villavicencio e por Ever Sánchez Osorio e Manuel Garza Zepeda. Os Amuzgos, frente a um governo que sempre os ignorou e na pandemia tentou controlá-los, buscaram no cotidiano fortalecer suas comunidades, com apoio mútuo, recuperando os organismos social e biológico. Nos dois textos, os autores enfatizam a centralidade da natureza na vida desse grupo. A pandemia, para os *Nn'ancue Ñomndaa*, é resultado do abuso e exploração intensa do homem sobre a natureza, que faz com que essa última gere uma resposta, que no caso é o vírus SARS-CoV-2. Dessa forma, foi na natureza, revalorizando os conhecimentos tradicionais (o uso de plantas, combinadas ou não com medicamentos; a busca pelos ervateiros, rezadores, parteiras, etc.), que o grupo se colocou na luta contra as relações historicamente construídas de dominação e exploração. Já no Peru, frente a um governo que não garantiu os cuidados sanitários aos Quechuas, o retorno de indígenas às comunidades rurais, pois não havia mais condições de permanecerem nas cidades, significou uma reinvenção das estruturas sociais das sociedades campesinas Quechuas, segundo a análise de Cliver Cchuanihancco Arque.

Nessa coletânea, ficaram evidentes dois argumentos centrais. O primeiro enuncia que os projetos coloniais, fossem dos países colonizadores ou da igreja, articulavam coerentemente suas “plataformas de intervenção social”, nas palavras de Alexandre C. Varella, com explicações sobre a decadência dos povos nativos: esses eram mais débeis fisicamente, tinham maus comportamentos

e por isso recebiam os castigos divinos por meio das pestes. O segundo prova que as formas de resistência dos povos indígenas continuam tensionando os governos na América Latina e expondo as históricas desigualdades dos segmentos vulneráveis (não acesso ou acesso precário a políticas e serviços públicos, incluída a saúde), bem como novas desigualdades (o acesso escasso ou inexistente à internet e aos equipamentos necessários para conexão virtual, por exemplo). Finalmente, os textos aqui reunidos nos convidam a refletir sob olhares antagônicos: de um lado os projetos de exploração, de extermínio e de intervenção, baseados na visão universalizante e hegemônica característica do mundo não indígena, e de outro os povos indígenas buscando lutar a partir de perspectivas coletivas e comunitárias, em que as práticas e saberes nativos são parte das organizações socioculturais próprias e dos territórios onde vivem. Uma ótima leitura!

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2022.

Eliana Elisabeth Diehl

Referências

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; PSB – Partido Socialista Brasileiro; P-SOL – Partido Socialismo e Liberdade; PCdoB – Partido Comunista do Brasil; Rede Sustentabilidade; PT – Partido dos Trabalhadores; PDT – Partido Democrático Trabalhista. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 709**. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5952986>. Acesso em: 17 Fev. 2022.

ASANO, Camila Lissa; VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; REIS, Rossana Rocha; RIBEIRO, Tatiane Bomfim (ed.). **Boletim Direitos na Pandemia** – Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19

no Brasil. São Paulo: CEPEDISA/FSP/USP e Conectas Direitos Humanos, n. 10, Jan. 2021. Disponível em: <https://cepedisa.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 3 Fev. 2022.

CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos. **Nota Pública CNDH n. 05**. Brasília: CNDH, 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5952986>. Acesso em: 17 Fev. 2022.

FRENTE – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. **Guia Prático: Monitoramento da Implementação da Lei do Plano Emergencial de Enfrentamento à Pandemia para Povos Indígenas, Quilombolas e Demais Povos e Comunidades Tradicionais (Lei 14.021/2020)**. Brasília: Congresso Nacional, 2020. Disponível em: http://frenteparlamentarindigena.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Pub_PlanoEmergencial_Lei14021-20d-2.pdf. Acesso em: 17 Fev. 2022.

RAMOS, Alan Robson Alexandrino; OLIVEIRA, Keyty Almeida de; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Mercúrio nos Garimpos da Terra Indígena Yanomami e Responsabilidades. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. 1-22, 2020.

STF – Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709**. Brasília: STF, 1 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5952986>. Acesso em: 17 Fev. 2022.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 263 p.

Apresentação

A obra que ora disponibilizamos *Memórias indígenas da peste: Epidemias e pandemias na América Latina*, se faz necessária e se soma a um conjunto de iniciativas que se debruçam sobre a Pandemia do Século 21 (Covid-19) a fim de deixar registrado o momento presente a partir de olhares e experiências em diferentes contextos vivenciados pelos povos indígenas na América Latina. No presente livro definimos como recorte temático os povos indígenas no continente, suas memórias em relação às doenças que ingressaram com o colonialismo, tanto no passado colonial como no presente, conectando as continuidades e descontinuidades dos processos, suas reelaborações e, em especial, como a peste foi/é enfrentada por esses povos.

A partir de março de 2020 quando a pandemia da Covid-19 limitou inúmeras atividades coletivas no Brasil, dentre elas as aulas presenciais, fomos levados a nos debruçar sobre um mundo pouco conhecido e estudado e, em grande medida negligenciado pelas ciências, qual seja, a peste, que afetou e dizimou incontáveis povos indígenas a partir da invasão ibérica no continente. As diferentes abordagens sobre os efeitos de epidemias e pandemias em populações indígenas, remetiam a um passado distante. Mesmo que diversos extermínios tenham ocorrido no século XX, eram narrativas que remetiam a um passado como algo superado, longínquo, esquecido. Foi necessário estabelecer contatos com as populações indígenas para perceber que o tema não é passado, mas está presente nas memórias dessas populações. A Covid-19 despertou memórias adormecidas e assombrou novamente essas populações, uma ameaça real sendo revivida. Diferentemente das epidemias coloniais, a Covid-19 se manifestou isonômica ao atingir todos os segmentos sociais e torná-los reféns da falta de conhecimento e medicamento para enfrentá-la. Porém, os resultados não foram sentidos igualmente por todos, os povos

indígenas foram, sem dúvida, as populações mais afetadas por conta de uma série de fatores, em especial a impossibilidade de prover os alimentos e a dizimação das pessoas mais idosas, as detentoras do conhecimento.

As políticas públicas para prevenir e combater a Covid-19 entre essas populações não levaram em consideração suas particularidades socioculturais (CIMI, 2021; APIB, 2021), seguiram as orientações gerais da Organização Mundial da Saúde (OMS) aplicadas a todos os segmentos sociais indistintamente. Essas ações resultaram em problemas gravíssimos, fazendo com que algumas populações indígenas tivessem os maiores índices de infectados e mortos comparados a outras populações (HALLAL, 2021). No Brasil, em particular as manifestações negacionistas e a difusão de remédios sem eficácias pelo governo brasileiro, gerou extrema insegurança e foi a grande responsável pelo genocídio dessas populações, denunciado pelo movimento indígena. Também presenciamos o reinventar-se desses povos, como a aplicação de tratamentos próprios com chás e práticas xamanísticas, além de reencontrar-se em espaços de sociabilidade sem as obrigações da escola ou outros afazeres do mundo externo.

Na tentativa de buscar compreender de maneira sistematizada a peste entre povos indígenas, criamos no ano 2020 um projeto de pesquisa o qual intitulamos *As morais da História - epidemias, pandemias e povos indígenas no Brasil*. Um projeto que nasceu da sensibilidade - e como resposta - de um grupo de docentes, acadêmicos e militantes sociais aos efeitos da pandemia do novo Coronavírus/Covid-19 sobre os povos indígenas. Pensamos na temática a partir de sua dimensão histórica, uma vez que as epidemias e pandemias foram levadas pelos invasores dos territórios indígenas, desde a colônia, e não pararam até o final do século XX. Buscamos compreender as outras faces das práticas coloniais e seus efeitos nos povos indígenas. O conceito de "morais da História", na referência de Tzvetan Todorov (1992), nos provoca para olharmos para o passado e descobrir o que ele nos ensina a fim de evitarmos a repetição dos erros ou mesmo aprender com os

próprios erros. Ao mesmo tempo, nos sentimos compelidos a realizar uma reflexão crítica sobre o conhecimento histórico (acadêmico e escolar) existente sobre o tema, com ênfase, nas universidades públicas federais brasileiras. São epidemias geradas pelos processos de violência, esbulho territorial e roubo das riquezas naturais desses povos. A singularidade do contexto indígena no Brasil é um indicador da necessidade de políticas específicas, fato que não tem ocorrido. A partir de fontes históricas, nos debruçamos sobre as relações que se estabeleceram entre as epidemias e os povos indígenas nos diferentes períodos históricos.

No referido projeto contamos com um conjunto de pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) de diferentes áreas do conhecimento como o prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo, professor do Programa de Pós-Graduação em História/Unila; a estudante do Programa de Pós-Graduação em História/UNILA, Aline Domingos Correa; a professora Dra. Carina Santos de Almeida, da Licenciatura Intercultural Indígena/UNIFAP; a docente da Unila Dra. Catarina Costa Fernandes do curso de Serviço Social; o antropólogo, prof. Dr. Spensy Kmitta Pimentel da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); os discentes do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (IELA/UNILA) Osmarina de Oliveira (também membro do Conselho Indigenista Missionário - Cimi) e Thiago Lopez Turcatti; e os discentes dos cursos de graduação da Unila, Maira Cristina Chena de Almeida (História), Maria Eugênia Ramos Ferreira (História), Tobias Gustavo da Silva Soares (Saúde Coletiva) e o estudante Guarani Alberto Mbaraka Miri Vogado (História); e, a Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) Sara Concepción Chena Centurion. Diversas atividades foram realizadas, em especial ações de extensão junto às populações indígenas afetadas pelo Covid-19.

Consideramos relevante a publicação dessa obra no sentido de sistematizar as experiências históricas associadas ao contexto contemporâneo. Para sua concretização foram convidados diversos

pesquisadores, indígenas e não indígenas, de diferentes regiões, para que pudéssemos contemplar experiências continentais.

A pandemia da Covid-19 nos alerta para pensarmos os povos indígenas não apenas como vítimas de um processo colonial que dizimou e produziu ocasos demográficos, mas para pensarmos suas práticas e como se mobilizaram diante do cenário desfavorável. Essa perspectiva ajuda a estabelecer relações historiográficas menos assimétricas com esses povos, superando os velhos dilemas de que são povos sem história ou vítimas passivas de um projeto colonial. O enfrentamento da Covid-19 demonstrou que embora foram seriamente afetados, se fizeram ouvir, denunciaram os abusos, lutaram por políticas públicas e acionaram suas práticas socioculturais.

Por seu turno, as epidemias e pandemias estão presentes nas memórias desses povos. As sociedades ocidentais possuem seus museus, arquivos, centros de pesquisas que são acionados por diferentes pesquisadores, em especial pelos historiadores, para fazer menção ao passado, a fim de compreender como contextos semelhantes foram enfrentados pela sociedade da época. Assim, recorreremos aos arquivos do início do século XX para verificar como a sociedade enfrentou a pandemia da Gripe Espanhola e, de certo modo, aprender ou ao menos não repetir os erros cometidos pelos antepassados. Walter Benjamin (1994) observa com muita clareza que a necessidade da lembrança do passado está diretamente relacionada à necessidade que temos de conhecer o presente, nesta dimensão, ao fazermos essa regressão, não estamos preocupados com o passado, mas fundamentalmente com o presente. Pela tendência linear do tempo histórico, o passado já não mobiliza, ele apenas é acionado como alegoria de um tempo dos outros. Os povos indígenas não possuem essa materialidade da história nem o distanciamento abstrato, mas possuem sim memórias e lugares de memória que são ativados nos momentos oportunos, quando as exigências do cotidiano as exigem e necessitam (re)visitar seu passado. Embora Pollak (1992, p. 202) tenha atribuído a lugares da memória, os museus, arquivos e monumentos, para os povos

indígenas a própria pandemia é o lugar da memória. A Covid-19 acionou memórias adormecidas, fez ressurgir medos e assombros de um passado que se mescla com o presente. Não podemos esquecer que o processo colonial ainda está presente e vivo entre os povos indígenas. Se as sociedades ocidentais possuem seus pesquisadores que acionam a história na tentativa de torná-la memória, os povos indígenas possuem seus sábios, seus anciões que fazem uso da memória e transmitem na oralidade. Longe de querer buscar as coincidências entre as sociedades, desejamos apenas demonstrar que diferentemente das sociedades ocidentais, para os povos indígenas as epidemias coloniais não são passado, mas presente, elas continuam vivas e ativas na circularidade da história. Evidentemente que nem todos os povos tiveram experiência com o período colonial, portanto cabe-nos perceber o que é comum a todos os povos e suas singularidades de cada contexto, ao risco de generalizações.

Organizamos a obra em duas partes: a primeira tem como objetivo deixar registrado as continuidades dos processos históricos, como os povos foram afetados e como se moveram ao longo do período colonial e pós colonial; na segunda parte reunimos um conjunto de artigos que revelam as experiências dos povos indígenas com relação a Covid-19. Para além de uma abordagem historiográfica ou etnográfica, a obra quer trazer ao debate a relação que se estabeleceu entre doenças, pestes e curas e, as interpretações dadas pelos povos indígenas a partir de suas experiências históricas. Ficará demonstrado que a peste foi uma das estratégias do invasor, sem ela não seria possível implementar o processo de exploração, escravização e tantas outras formas adotadas pelo sistema colonial para controlar os povos indígenas, usar suas terras, usar seus corpos e impor a evangelização como forma de “salvação” da alma, o que sempre levava a mais mortes.

Curiosamente a historiografia tem negligenciado o tema. Isso se deve em grande medida a visão das ciências sociais que privilegiava a versão dos conquistadores por considerar os indígenas transitórios, e, não menos importante, o arcabouço

jurídico em praticamente todos os países do continente, que não reconhecia a organização sociopolítica desses povos. A partir da segunda metade do século XX esse cenário começou a ser alterado. A partir dos anos 1980 as mudanças nos marcos legais começaram a se fazer presente e os povos indígenas foram conquistando e marcando seus espaços também nas Cartas Magnas dos países Latino-americanos.

O cenário sombrio começou a ser revisto. Novos estudos vêm corroborar com as perspectivas e reivindicações das populações indígenas, de que sejam reconhecidas e condenadas as violências históricas e mais, que os povos sejam reparados. Conforme demonstrou Cunha (1992, p.12), as epidemias são consideradas as principais causadoras da depopulação indígena no continente. A antropóloga observa que “a barreira epidemiológica era, de fato, favorável para os europeus na América e desfavorável para eles na África. Na África foram os europeus que morreram como moscas; aqui eram os índios que morriam.” Aqui, a miríade de doenças do mundo branco - varíola, sarampo, coqueluche, varicela, tifo, difteria, gripe, peste bubônica e malária - causaram “o que Dobyys chamou de um dos maiores cataclismos biológicos do mundo” (CUNHA, 1992, p.13). No entanto, novos estudos, em especial de Jeffrey Ostler (2020) demonstram que a América pré-colonial não era livre de epidemias e que os indígenas tinham sim anticorpos às doenças coloniais, enfatizando que a dizimação pelas epidemias ocorreu pelo conjunto de ações dos colonizadores, como limitar e até impedir o provimento de alimentos através das práticas agrícolas ou da caça e coleta. Com isso os estudos deslocam o tema racial para as práticas colonialistas. É fundamental conhecer esses processos para que não se repitam as violências, são as “morais da história” que nos ensinam como fazer diferente, respeitando os povos.

Em que pese as importantes mudanças ocorridas nas ciências sociais e nas legislações indigenistas nos diferentes países do continente, os povos indígenas foram novamente desconsiderados pelos processos do atendimento à saúde no contexto da Covid-19. Tratados de maneira genérica sem considerar as particularidades e

especificidades socioculturais, os indígenas se viram novamente sendo golpeados pelo processo colonial, que não respeita e não considera as diferenças. Queremos que essa obra possa contribuir com a criação de novas jornadas de relações respeitadas, que possamos superar as mazelas coloniais não pelo esquecimento, mas pelas reparações históricas.

Passamos agora para uma breve apresentação do conjunto de artigos que compõem o livro. Na primeira parte reunimos um conjunto de textos com análise de processos históricos. Iniciamos com o texto de **Elaine Pereira Rocha**, *A colonização dos corpos. A doença como ferramenta de dominação*. Nele a historiadora analisa que com a chegada dos ibéricos as epidemias se transformaram nas principais causas do declínio populacional entre povos indígenas do continente americano. Doenças que já não ameaçam mais as sociedades europeias como a varíola, o sarampo e as gripes, entre os indígenas era fator de dizimação de milhões de pessoas. Não foram apenas pessoas que sucumbiram, mas povos inteiros levados à extinção. As epidemias associadas aos maus tratados do colonizador pela escravidão, desnutrição, deslocamentos forçados, geraram guerras de extermínio. “Este artigo defende que o declínio populacional causados pelas doenças trazidas pelos colonizadores só pode ser entendido se examinado em confluência com esses outros fatores da opressão indígena, ao qual soma-se o racismo e a negligência das autoridades governamentais”.

Na sequência, **Benedito Antonio Genofre Prezia** contribuiu com o texto *Epidemias entre indígenas do litoral do Brasil no século XVI*. O texto de Prezia soma-se à análise de Rocha, com sua riqueza de fontes quinhentistas e seiscentistas, detalha as epidemias que surgiram no Sudeste, na costa Leste e Nordeste do Brasil no século XVI. Traz significativos detalhes do contexto habitacional e sanitário dos povos de língua Tupi que ali viviam e as transformações provocadas pela invasão portuguesa, em especial com a implantação das missões jesuíticas. Analisa como as missões jesuíticas e a colônia francesa no Rio de Janeiro provocaram o surgimento de doenças respiratórias e da varíola, que levaram ao

quase extermínio dos povos indígenas da região. “O texto resgata igualmente o discurso religioso que envolveu tanto missionários como indígenas, mostrando como os primeiros usaram essa abordagem para reforçar o projeto catequético”.

O texto seguinte, *As palavras para tempos de peste: a linguagem Guarani das doenças epidêmicas no século XVII* escrito por **Francisco Silva Noelli** é uma obra resultado de uma ampla pesquisa histórica, arqueológica e linguística. Noelli analisa o registro linguístico sobre doenças infectocontagiosas nas línguas Guarani no começo do século XVII. Segundo o autor, “este capítulo reúne 854 palavras e frases levantadas nos dicionários de Antonio Ruiz de Montoya, publicados nos anos 1639 e 1640”. Uma obra de relevante interesse para a medicina, a saúde pública, e é “fonte para a linguística histórico-comparativa e para a história da medicina Guarani praticada milenarmente por *kuña pajé* e *pajes*, mulheres e homens sábios na arte de curar”.

O texto seguinte de **Alexandre C. Varella**, intitulado *Os culpados pelas pestes e mortandades. Discurso e problema dos missionários na crise demográfica do México indígena no século XVI*, traz importante análise sobre as visões do mundo europeu e indígena sobre doenças e mortes. De acordo com o autor, a noção europeia de pestilência foi usada para explicar as epidemias na América colonial, mas havia escolhas e articulações das causas sobrenaturais e naturais, bem como a imputação de responsabilidades. Os missionários das ordens mendicantes acusaram como motivos de peste e mortandade, a violência e opressão dos invasores e os recrutamentos dos indígenas considerados fracos e debilitados para a faina nas minas, lavouras e fábricas. Esse discurso tem sido utilizado às vezes acriticamente para acessar a condição e o cotidiano dos indígenas e para condenar a colonização ibérica.” Essa prática dos religiosos incrimina indistintamente os colonos – sejam empresários das minas ou as classes menos abastadas – da mortandade de indígenas. Ainda segundo o autor, “os clérigos também se viram inculpadados pela servidão dos índios na construção e manutenção dos conventos e outros serviços. E

raramente observaram o mal do contágio nos pueblos e aldeamentos. De toda forma, o protesto dos monges retrata a forte relação que há entre a conquista dos germes e os regimes políticos e estruturas sociais”.

Como último capítulo da primeira parte, trazemos a contribuição de **Clovis Antonio Brighenti** com o artigo *A incidência da malária entre os Avá-Guarani Paranaenses como manifestação do neocolonialismo*. A partir da análise de documentos do tempo presente, o autor analisa um conjunto de documentos que informam sobre um surto de malária que atingiu a comunidade Avá-Guarani no Oeste do estado do Paraná, fronteira com o Paraguai, na década de 1980 se estendendo até a década seguinte. Demonstra que a região não era endêmica de malária e, portanto, tratava-se de uma doença desconhecida pelos Guarani que tiveram muita dificuldade de tratá-la e incorporá-la no seu discurso de mundo. A malária foi resultado da construção da represa de Itaipu Binacional, que além de destruir o habitat dos Avá-Guarani também levou doenças. A partir do conceito de colonialismo o autor busca compreender que esse acontecimento “não está isolado tampouco é parte de um fatalismo, mas resultado do processo de colonialidade ao qual optamos em empregar o conceito de neocolonialismo por perceber que para o pensamento indígena, é a continuidade de um *modus operandi* que se faz presente no território continental desde final do século XV”.

A segunda parte do livro está dedicada a análises do caso da atual pandemia de Coronavírus. Abre o capítulo o pesquisador boliviano **Víctor Hugo Perales Miranda** com o artigo *Biopolítica de la cuarentena en La Paz y El Alto – Bolivia*. Embora o artigo não seja exclusivo sobre povos indígenas, traz uma análise importante de um país cuja população indígena ultrapassa os 60% das pessoas. Uma instigante análise das medidas que o autor denominou de biopolíticas, com destaque para aquelas realizadas pela polícia e pelas forças armadas, na cidade de El Alto durante a pandemia. “O trabalho tem uma abordagem sócio-crítica, são utilizadas principalmente técnicas de pesquisa quantitativa, sendo a etapa

inicial a coleta de bases de dados oficiais para posteriormente analisar os dados supracitados a partir da aplicação de um teste estatístico não paramétrico; assim como de forma complementar, são aplicadas técnicas de interpretação a documentos, fotografias e narrativas relacionadas à repressão policial e militar de cidadãos no contexto da primeira onda da pandemia nas cidades de La Paz e El Alto”. O autor concluiu que a violência empregada não estava em sintonia com os números de ocorrência de casos de contágio por Covid-19, mas obedecia a outros propósitos.

O artigo seguinte denominado *Coronavirus Unquymanta: entre la reinvencción y desestructuración campesina en el Perú (un análisis de las comunidades quechua post covid-19)* do pesquisador **Cliver Ccahuanihancco Arche** é uma importante análise da interpretação da Covid-19 pelos povos indígenas no Peru. Para o pesquisador a Covid-19 está associada à natureza cíclica da história. Seu intuito é “analisar o binômio reinventamento e fenômeno não estrutural que afeta as dimensões culturais das comunidades camponesas quíchuas do Peru, para o qual o método etnográfico e a técnica de observação direta são usados no processo de coleta de informações”. A partir do estudo é possível identificar os processos positivos e negativos que afetam as dimensões estruturais das comunidades quíchuas no Peru.

Na sequência temos a contribuição de pesquisadores mexicanos. O artigo, *Las morales de resistencia indígena en Xochistlahuaca, México*, de autoria do pesquisador **J. Kenny Acuña Villavicencio**, observa que as comunidades indígenas no México são o extrato da população mais afetadas pela pandemia do Coronavírus, principalmente aquelas que se encontram em situação de marginalidade, abandono e esquecimento. Faz uma análise do povo Ñomndaa ou Amuzgo do estado de Guerrero, México, que, apesar de evidenciar a violência estrutural, com ausência total de políticas públicas reinventaram suas comunidades e fortaleceram sua identidade com a natureza, por considerá-la algo inerente à sua vida e ao seu cotidiano. Para o pesquisador, a crise da saúde é o resultado de um processo de transformação e valorização dos

sistemas ecológicos que acelera a propagação de doenças entre humanos e animais, mas também que reaviva crenças, memórias e costumes comuns. “Dito isso, o objetivo deste trabalho é tornar visível a moral da história da *nn’an ncue ñomndaa* e a luta diária que realizam para impedir as tentativas de reapropriação capitalista do mundo e do fazer humano, desta vez, sob uma nova ordem social ou um novo normal”.

Também do México temos o artigo *Los Nn’a’ncue Ñomndaa: la pandemia por COVID-19 y las virtudes de lo cotidiano*, dos pesquisadores **Ever Sánchez Osorio** e **Manuel Garza Zepeda**. A partir de uma pesquisa com indígenas Amuzgo do estado de Guerrero, no México, auto identificados como *Nn’anncue Ñomndaa*, os pesquisadores observaram que a pandemia da Covid-19 apenas os lançou em uma nova luta. As ações do Estado foram inócuas no combate à pandemia por não atuar nas particularidades culturais dos povos, ficando sujeitos a aquelas medidas ditas universais. No presente trabalho os autores demonstraram “que a atuação dos *Nn’anncue Ñomndaa* diante da pandemia é mais uma expressão da luta que lhes permitiu sobreviver: a luta contra as relações de dominação e exploração”.

Para fechar a obra contamos com o texto das advogadas indigenistas **Caroline Dias Hilgert**, **Michael Mary Nolan** e **Viviane Balbuglio** sobre *as prisões de pessoas indígenas no Brasil em meio à pandemia e a urgência da ampliação de medidas pelo desencarceramento*. É um estudo instigante sobre o impacto da pandemia da Covid-19 para as pessoas indígenas em privação de liberdade no Brasil. A partir de estudos e publicações de organizações indigenistas, religiosas e dados disponibilizados pelo sistema carcerário de alguns estados ficou demonstrado que o encarceramento de pessoas indígenas no Brasil durante o ano de 2020 e o primeiro semestre de 2021, aumentou e não foi observada a legislação referente ao tema. As autoras sintetizaram ao menos “cinco componentes graves do cenário geral da criminalização e conclui-se pela necessidade da ampliação de medidas pelo desencarceramento para pessoas indígenas no Brasil”.

Uma boa leitura a todas as pessoas.

Clovis Antonio Brighenti

Referências

APIB. Denúncia dos povos indígenas do Brasil contra Bolsonaro por crime de genocídio repercute em mais de 20 países. 10/ago/2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/08/10/denuncia-dos-povos-indigenas-do-brasil-contr-bolsonaro-por-crime-de-genocidio-repercute-em-mais-de-20-paises/> acesso em 26 de janeiro de 2022.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CIMI. RELATÓRIO - Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020. Brasília/DF, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf> . Acesso em 26 de janeiro de 2022.

CUNHA, M. C. da. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992.

HALLAL, Pedro. **Entrevista.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/24/cpi-pesquisador-diz-que-saude-censurou-slide-que-comparava-casos-de-covid-por-cada-etnia.ghtml>. Acesso em: 20-10-2021.

OSTLER, Jeffrey. Disease has never been just disease for Native Americans. Artigo publicado em 29 de abril de 2020. **The Atlantic** Revista online. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2020/04/disease-has-never-been-just-disease-native-americans/610852/> Acesso em 7 de outubro, 2021.

TODOROV, Tzvetan. **As morais da História.** Lisboa: Editora Europa-América, 1992.

Las morales de resistencia indígena en Xochistlahuaca, México

J. Kenny Acuña Villavicencio

Resumen

Las comunidades indígenas del estado de Guerrero, México, han sido las más afectadas por la crisis sanitaria. De manera particular, me refiero a los amuzgos o *ñomndaa* de la Costa Chica quienes, más allá de cuestionar el débil papel del Estado en controlar la pandemia por coronavirus, han fortalecido su identidad con la naturaleza, puesto que la consideran como parte de su quehacer humano y colectivo. Lo dicho, nos hace entender que esta enfermedad global es resultado de la transformación acelerada que está sufriendo la naturaleza y esto hace que surjan nuevas enfermedades como la COVID-19, además de que se aniquilen creencias, memorias y costumbres. Expuesto esto, el propósito de este trabajo consiste en evidenciar las morales de resistencia de los *nn'an ncue ñomndaa* durante el encierro social, esto es, conocer los rechazos y la manera en que se organizaron frente a una sociedad de cambios y mutaciones en las relaciones hombre/naturaleza.

Palabras-claves: amuzgo, morales de resistencia, naturaleza, pandemia.

Resumo

As comunidades indígenas do estado de Guerrero, no México, foram as mais afetadas pela crise sanitária. Em particular, refiro-me aos Amuzgos ou *Ñomndaa* da Costa Chica que, além de questionar o fraco papel do Estado no controle da pandemia de coronavírus, fortaleceram sua identidade com a natureza, pois a consideram como parte de seu humano e coletivo. O que foi dito nos faz entender que essa doença global é resultado da transformação acelerada que a natureza está passando e isso faz com que surjam novas doenças como a COVID-19, além da aniquilação de crenças, memórias e costumes. Exposto isso, o objetivo deste trabalho é mostrar a moral de resistência dos *nn'an ncue ñomndaa* durante o confinamento social, ou seja, conhecer as rejeições e a forma como se organizaram diante de uma sociedade de mudanças e mutações nas relações homem/natureza.

Palavras-Chaves: amuzgo, moral da resistência, natureza, pandemia.

Introducción: “el corazón del pueblo amuzgo”

Actualmente, los amuzgos viven en los municipios de Xochistlahuaca, Tlacoachistlahuaca y Ometepec del estado de Guerrero, pero, también, se encuentran en Putla y en las comunidades de San Pedro Amuzgos y Santa María Ipalapa del estado de Oaxaca. Xochistlahuaca pertenece a la región de la Costa Chica de Guerrero, se ubica al norte y oeste de esta región, además, colinda con Tlacoachistlahuaca y Ometepec que conforman el mismo estado. La cabecera municipal o “corazón del pueblo amuzgo” tiene el mismo nombre y alberga a la mayoría de los amuzgos. El nombre de Xochistlahuaca registrado por la entidad federativa significa en lengua náhuatl: llanura de flores. Para los amuzgos se trata de una definición que ha sido impuesta primero por los mexicanos, luego por los españoles y finalmente por las autoridades estatales. Por esta razón, los amuzgos llamaron a su pueblo como *ndaatyuaa Suljaa’*. La palabra *ndaatyuaa* que significa agua y tierra tiene un sentido de pertenencia colectiva y se traduce como “nuestro territorio”; en cambio, *Suljaa’* al igual que en náhuatl hace referencia al cerro de las flores. Amuzgo es el nombre oficial que deriva del nahua y se le ha otorgado a un grupo de indígenas que vive en una parte de la Costa Chica. El significado etimológico que comúnmente se menciona es *amoxco* que está compuesto de los vocablos *amox(tli)* y significa libros; en cambio, *co* es un sufijo locativo y hace referencia a una biblioteca, lo que hace suponer una cabecera administrativa (AGUIRRE, 2007; 2018).

Xochistlahuaca es uno de los municipios más pobres de Guerrero, cuenta con 28 mil habitantes y el 90 por ciento vive en la pobreza; la mayor parte de la población es amuzga, carecen de servicios de salud, no tienen seguro social, hay desnutrición y prevalece un elevado rezago educativo (INEGI, 2021; CONEVAL, 2015; CONAPO, 2010). Para llegar a este municipio se tiene que pasar necesariamente por Ometepec. Esta pequeña ciudad ha albergado a muchos indígenas de distintas partes de la costa, cuenta con una infraestructura y un comercio importante que hace

que se conjuguen culturas, lenguas e historias de otras regiones. En este lugar, antes de la pandemia, los amuzgos, tlapanecos, nahuas, mixtecos, afromexicanos y mestizos generaban una dinámica importante que articulaba económicamente y políticamente a toda la región.

La gente bajaba de las montañas y la sierra para hacerse atender en los hospitales, pero también para vender e intercambiar sus productos. Esta rutina se vio interrumpida con el primer caso de coronavirus y por la manera cómo se daba inicio a un nuevo orden social. Muchas de las comunidades amuzgas se mostraron insatisfechos por el encierro social o cuarentena impuesto a finales del mes de marzo del 2020, pues las medidas sanitarias no permitían el desarrollo normal de las actividades locales y comerciales. Varias tiendas, restaurantes, bodegas y negocios artesanales de mujeres tuvieron que cerrar. Sin embargo, dos meses después del encierro y a pesar de las indicaciones de la sana distancia, los amuzgos tomaron las calles y reiniciaron con sus actividades. Los domingos o días de feria fueron reabiertos para los turistas y los comerciantes. Las artesanas salían a vender sus bordados que tanto hacen referencia al agua y los animales de la zona: “nos obligaron a cerrar todos los negocios, pero cuando ya no aguantamos salimos a las calles a vender nuestros tejidos” (CARMEN, COMUNICACIÓN PERSONAL, 29 noviembre 2020).

Los amuzgos se adscriben en su lengua como *nn'an ncue*. Esta palabra significa “gente de en medio”. También se reconocen de manera individual como *ts'an ncue*, dicha palabra está compuesta de *nn'an*, gente, o *ts'an*, persona, y *xcuee*, medio; asimismo, se ocupa el término *nn'an ncue ñomndaa*, es decir, gente de en medio que habla la palabra del agua (OTA, 2009, p. 81). Los *nn'an ncue ñomndaa*, compuesta de *nn'an* significa maíz, *ncue* gente y *ñomndaa* es la palabra del agua, definiendo que ellos son: la gente del maíz que habla la palabra del agua. Los amuzgos de Xochistlahuaca se nombran como *nn'an tsjoom Sujlaa'* gente de la llanura de flores y hablan la lengua *ñomndaa* que significa: la palabra del agua, compuesto por *ñom* que se traduce como palabra, junto con *ndaa*

que es agua (“Para nosotros los amuzgos –dice un entrevistado– en nuestra lengua quiere decir palabra del agua”). De acuerdo con el Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI, 2008, p. 130), la lengua de los amuzgos pertenece a la familia otomangue, además:

Se tiene a la idea que nosotros venimos del agua, un lugar llamado polinesio, y se puede creer que venimos de una isla, porque conocemos. No hay isla por aquí, pero se daban a conocer como la ‘tierras de en medio’, la gente no conocía al tiburón, tiene un nombre en amuzgo, ‘pez rabioso’, y esos animales no existen por donde estamos, si por que al principio según, venimos de aquí cerca, San Nicolás, aquí con la llegada de los afroaméricas, nos sacaron y nos venimos para acá, apartándonos. Hay un lugar aquí cerca que se llama Plan de los Muertos, donde en amuzgo quiere decir, lugar donde descansaron los muertos, entonces ahí descansaron y siguieron avanzando. Además, hay muchas palabras que se refieren con el agua. Por ejemplo, soñar, es recordar en el agua. El sueño se relaciona con lo dulce y lo sucio, si uno sueña que está partiendo calabazas, alguien va a morir, y si uno sueña que está atravesando un río, se va a ahogar. Y estaba empezando por comentarle, por ejemplo, el municipio significa ‘agua de tierra’, en el estado, ‘brazo del agua’. Muchas palabras tienen el significado del agua (MOISÉS, COMUNICACIÓN PERSONAL, 15 septiembre 2020).

En cambio, para muchos académicos, amuzgo significa “lugar de libros” (CDI, 2007). Un tiempo atrás, los *nn’an ncue ñomndaa* tuvieron que huir de la represión que ejercía la colonia española, así como de algunas catástrofes y enfermedades que se venían presentando durante el virreinato. Estos fenómenos hicieron que varias comunidades amuzgas huyan a diversos escenarios como la Sierra Madre del sur. Así, aprendieron a organizarse y asumir un papel activo con su entorno, es decir, tenían la noción de que el carácter colectivo estaba estrechamente destinada al cuidado de la naturaleza, porque ésta representaba vida, alimentación, seguridad y organización compartidas. Existía en el mundo amuzgo una temporalidad donde se conjugaban el trabajo (individual y

comunitario) y el mundo no-humano como formas fantásticas, tanto así que la naturaleza no era considerada como un aspecto distinto a su existencia, sino como parte de un todo. Actualmente, para los amuzgos este reconocimiento es válido y se aplica a gran parte de su vida cotidiana. Para ellos la tecnología y la naturaleza son considerados como parte de la comunidad y no como entidades distintas o diferentes, es decir, no existe diferencia alguna entre estos elementos excepto por la función social que cumple. El tractor, por ejemplo, al igual que un árbol o animal tiene el mismo concepto, porque forma parte del nosotros.

En la comunidad amuzga la gente cree que las enfermedades se dan por espanto o por brujería el cual es solicitado por alguna persona para causar el mal. Esto los obliga a seguir visitando donde el curandero, rezandero o *tsan calua'* para que descubra el padecimiento y la cura del enfermo (AGUIRRE, 2007, p. 45). Debido a la visión particular, los amuzgos consideran que el mundo está conformado por espíritus sobrenaturales masculinos y femeninos que controlan la vida de los hombres. Estos seres provocan la lluvia y la sequía, determinan la vida del grupo, provocan enfermedades y sus curas. Por este motivo, desconfían de la medicina moderna, pues es muy difícil que realicen una consulta o sigan un tratamiento con el especialista, porque existe toda una tradición para hacerse tratar de alguna enfermedad determinada.

Lunes, martes, miércoles y jueves lo manejaban como día de la enfermedad; día malo o día bueno; por ejemplo, como el día bueno lo han traducido como el día de la bendición. Cada día tiene su nombre y la actividad que puede hacer para sembrar se ocupan ciertos días, o sea, que en algunas actividades si se caractericen. [En otras palabras] hay cuatro días que se van repitiendo, por ejemplo, amaneció el día bueno, pero ya en la tarde es el día de la maldición. En la vida normal, si yo quiero hacer algo malo, es el momento indicado para desear algo malo a alguien. El día frío es pasado mañana, también es el momento indicado, para enfriar o quitar el rencor y, por último, el día de la enfermedad es un día que tengo una persona que no me quiere, puedo desearle algo feo, una enfermedad.

Y así empieza la semana. Por eso digo, que para la gente grande no existe un lunes, martes, miércoles (MOISES, COMUNICACIÓN PERSONAL, 20 enero de 2021).

Para los amuzgos no existen los días (gregorianos), la vida habitual no está atravesada por el tiempo cíclico o tiempo occidental, al contrario, la temporalidad es compartida y responde más al carácter comunitario. Esta representación del tiempo rompe con el tiempo del mercado. Por ello, para los amuzgos es importante pensar en las relaciones hombre-naturaleza, porque de ello depende el equilibrio entre días buenos (para la siembra o la cosecha) y malos (para la enfermedad). No puede haber mundo o vida sin la existencia entre lo humano y el mundo natural. Si una de éstas se agrieta o quiebra pervive la fractura, la crisis colectiva. La pandemia enuncia algo de esta ruptura y la tarea es reconstruirla.

¿Una nueva normalidad?

Durante el encierro social anunciado en marzo del 2020, en Xochistlahuaca las artesanas, al igual que los comerciantes y productores del campo, habían sido obligadas a dejar de vender sus bordados los días de feria, porque se aglomeraban muchas personas. A esto se sumaba el cierre de negocios, tiendas y espacios públicos que hizo que creciera el descontento de las comunidades cercanas a la cabecera municipal. Para el poder estatal, la única manera de amortiguar un posible desborde popular era regresando a la normalidad, pese a que la pandemia se traducía en muerte, incertidumbre y dudas sobre las medidas sanitarias impuestas. “Los amuzgos parecían mantener la serenidad cuando veían a turistas y negociantes de otros lugares paseando por la feria; pero, lo cierto es que el comercio, la economía y las relaciones de poder locales no serían como ocurría en otros tiempos” (NOTAS DE LIBRETA DE CAMPO, diciembre de 2020). Ahora se presentaban mayores dificultades: la visita de los foráneos era muy poco en

comparación con meses antes de que llegara la pandemia. Es más, los acaparadores aprovechaban para regatear los productos del campo, así como las artes textiles de los amuzgos.

Para levantar esto lo veo muy difícil, hacer lo que hacíamos antes. Ahora es de adaptarnos con las diferentes formas de vida. Hay mucha gente que tiene que venden sus productos a precios muy bajos. Estamos mal, la normalidad no la vemos nosotros. En las escuelas eso de la educación a distancia puede servir, pero en dónde haya disponibilidad de redes (MOISES, COMUNICACIÓN PERSONAL, 9 noviembre 2020).

Esta nueva gobernanza estaba golpeando a las comunidades indígenas de la Costa Chica y el único modo de hacer cara al sistema mundo y colonial era actuando de manera colectiva (QUIJANO, 2000; WALLERSTEIN, 1979). Los *nn'an ncue ñomndaa* tenían presente que al organizarse recuperaban su memoria ecológica y con ello su cultura. Cuando se reunían en las oficinas de la Comisaria Ejidal evocaban su conocimiento sobre las plantas medicinales como si se tratara de recrear y advertir catástrofes como la llegada de las enfermedades acaecidas en el nuevo mundo.

Por ejemplo, se sabe que en 1522 en Xochistlahuaca los amuzgos no solo fueron sometidos al trabajo forzado, sino también reducidos demográficamente. Es más, a finales del año 1582 solo se podía contar a 200 amuzgos, desde luego, esto se debía a las enfermedades que habían traído los españoles y la poca capacidad de controlar su expansión (CDI, 2007, pp. 16-17; AGUIRRE, 2018). Algo similar ocurría en nuestro presente, el coronavirus no era una enfermedad provocada por los *ñomndaa*, sino era el resultado de la destrucción del mundo natural e intersubjetivo lo que había generado la catástrofe sanitaria. Esto afectaba enormemente las actividades de los *ñomndaa* y ellos empezaban a impugnar las medidas tomadas por las autoridades. “A los burócratas no les interesa cuidar la salud o revalorizar la tradición, al contrario, lo más importante es mantener la economía de mercado a cualquier

precio, pero, para ello tienen que resguardar la vida o el valor del trabajo” (NOTAS DE LIBRETA DE CAMPO, agosto 2020). No en vano en abril del 2020, el presidente de la República anunciaba que el país debía entrar a una fase de restricciones y cierre obligado de diversos espacios públicos. Esto fue posible debido a que el día:

26 de marzo con 8 personas muertas y 585 contagiadas, sin que el país se hubiera acercado al pico epidémico, López Obrador anunciaba que el 19 de abril los mexicanos saldrían de la emergencia. Pero, causó más revuelo que unas semanas después, el 2 de abril, una vez iniciada la Fase 2 de la pandemia con mil 510 contagios y 50 muertos (INFOBAE 14. 05. 2020).

En Guerrero, el gobernador Astudillo señalaba que la pandemia estaba afectando a muchas localidades y por ello se decretaría una cuarentena obligatoria. Esto a raíz de que, según información del secretario de Salud, Carlos de la Peña Pintos, a inicios de la pandemia se tenía la siguiente información:

363 casos negativos, 94 sospechosos, 126 positivos, de los cuales, 35 son trabajadores de la salud, hay 14 defunciones y 40 personas recuperadas. [Además] Explicó que los 126 casos se concentran en 17 municipios de la entidad. Acapulco y Chilpancingo son los que concentran el mayor número de casos con 61 y 27, respectivamente (DESPERTAR DE LA MONTAÑA 20. 04. 2020).

El temor de que creciera el contagio no parecía llamar la atención de las autoridades, al contrario, la idea era resguardar el *orden de cosas* y con él garantizar la reorganización de la sociedad del mercado y el espectáculo (DEBORD, 2008). Lo dicho, pretendía ser una agenda importante en el sentido de que la atención médica se convertía en una cuestión vital, porque de esto dependía el retorno de los individuos a sus centros de trabajo. No obstante, la inquietud era cómo mantener la existencia del mercado sin dejar de lado el interés por el ser humano, porque dejarlo morir podría

convertirse en un mayor gasto. Así, por ejemplo, en Estados Unidos las autoridades señalaban que:

El coste de una vida humana perdida ronda los 9,3 millones de dólares, de modo que, si 500.000 estadounidenses fallecieran a causa del coronavirus, la pérdida económica ascendería a 4,6 billones de dólares, monto superior a la contracción del PIB esperada por mantener la economía hibernando todo un año (4,2 billones de dólares) (RAMÓN, 2020).

El presidente López Obrador tenía una postura similar a la mencionada, para él lo más importante era que la sociedad mexicana no cayera en una crisis económica. “No se les ha dado la importancia debida a estas medidas, desalentadas por el mismo presidente López Obrador que se niega a utilizar el cubrebocas y a confiar en lo que le han dicho y demostrado los expertos” (CABRERA, 2020). Si bien las condiciones en que recibía el control del poder estatal era ya un dilema, con la pandemia empeoraban las cosas. La puesta en marcha de los megaproyectos señalados por la Cuarta Transformación se veía condicionados por la curva de ascenso del coronavirus, pero esto no impediría su ejecución a pesar de arrasar con hábitats naturales y comunidades indígenas. El ejemplo claro fue la realización del proyecto Tren Maya durante el encierro social.

El coronavirus puso de manifiesto la línea divisoria entre las comunidades rurales y razón capitalista. Aun así, resulta interesante mencionar que los amuzgos han mitigado el impacto de una pandemia que en su fase inicial puso en vilo a muchos países del cono norte. Me parece que la cifra de muertes pudiera haber sido mayor, sino no fuera por las prácticas culturales y de sanidad llevadas a cabo por las propias comunidades. Algunas instituciones señalan, por ejemplo, que en zonas como Xochistlahuaca el número de casos confirmados de positivos COVID ascendía a 168 y solo se tenía 10 defunciones. Esta apreciación era relativamente baja considerando que la población de este municipio es de 28,000 habitantes (INEGI, 2021). En el fondo la cifra iba en aumento y los

datos oficiales subestimaban el alcance de coronavirus a las sociedades rurales (DATA CRÍTICA, 2020).

Ha sido importante desde el principio, el día 28 de marzo se da el primer caso en el estado, el día 30 se hace el filtro, lavado de manos, gel antibacterial. Se repartió los comunicados y las medidas que debemos llevar. Se utilizó la radio comunitaria en amuzgo y español. [A] los taxistas se les capacitó para el saneamiento de su vehículo, a los maestros también se les reunió y también se les aplicó una plática del virus. Diversos folletos, están dentro y fuera de la comunidad. Esto para informar al principio en el río [que] a nadie se le dejaba pasar si no tenían cubre bocas (PEDRO, COMUNICACIÓN PERSONAL, 10 enero 2021).

De este modo, el *¡Quédate en casa!* (mientras preparamos todo para que retournes a tu trabajo) se convertía en una consigna política actual que, además de detener la propagación de la enfermedad del coronavirus, hace uso de una vigilancia tecnificada de las poblaciones con el fin de que en un futuro muy cercano se pueda regresar a la nueva normalidad económica. Al respecto, Han (2020) sostiene que países como Japón, Corea o China las personas son obedientes y “confían más en el Estado”, es más, ellos:

[...] apuestan fuertemente por la vigilancia digital [...] Se puede decir que en Asia las epidemias no las combaten solo los virólogos y epidemiólogos, sino sobre todo también los informáticos y los especialistas en macrodatos. Un cambio de paradigma del que Europa todavía no se ha enterado. Los apologetas de la vigilancia digital proclamarían que el big data salva vidas humanas” (p. 99).

En Guerrero, es todo lo contrario. Los amuzgos no tenían creencia en el servicio de salud y mucho menos en el Estado. El descontento no se debía a la pandemia, tenía que ver más con el débil rol que juega el poder estatal en mejorar las condiciones de marginación, negación y abandono de las comunidades. Cuando algunos amuzgos acudían con los médicos para explicarles que

sentían dolor de cabeza o tristeza eran cuestionados o, simplemente, los enviaban a sus casas. En Xochistlahuaca no existía una muestra de inclusión desde adentro, sino un montaje político para mover el mundo de los mercados y mercancías bajo el esquema multicultural (Moreno, 2020). Las pocas oportunidades de encontrar un diálogo entre la medicina tradicional y moderna fueron dominadas por la razón neoliberal. “Cerca de Cozoyoapan se encuentra un hospital comunitario que funcionó durante un breve periodo, su estado actual es de caos y abandono. Si un día hubo intención de que existiera un hospital comunitario fue aplastado por los intereses dominadores del mercado y la política local” (NOTAS DE LIBRETA DE CAMPO, diciembre 2020).

Durante la pandemia, las autoridades de Xochistlahuaca se vieron obligados a diseñar políticas de sanidad local con la intención de aminorar los contagios por coronavirus. Sin embargo, la respuesta inmediata no vendría desde arriba o de parte del Estado, sino de la gente más vulnerable. En contra de las ideas de control, sanitización y cuidado de las poblaciones, la pandemia hizo que los amuzgos retomaran otras alternativas para acabar con el coronavirus. Esta respuesta se debía al hecho de que no había un plan de control real y efectivo para reducir los efectos mortales en las poblaciones indígenas. A comienzos del encierro social, en Xochistlahuaca los pequeños comerciantes y artesanos se habían negado a cerrar los negocios, porque consideraban que hubiera sido difícil soportar la cuarentena de principio a fin. Una medida rápida para salir de este problema era ayudando a las autoridades municipales e implementando varios operativos sanitarios como los filtros de seguridad a la entrada del municipio. En estas medidas de seguridad participaron:

Diversas dependencias municipales e instituciones de Salud, como son Seguridad Pública, Protección Civil, Tránsito y Vialidad, Desarrollo Urbano, Prevención al Delito, Salud Pública y Jurisdicción Sanitaria. Pero al día de ayer, solo se mantenían firmes en los filtros sanitarios los elementos de Seguridad Pública,

Protección Civil y Tránsito y Vialidad (EL FARO DE LA COSTA CHICA, 21.5.2020).

Una parte de la población se encontraba a favor de las medidas acordadas, pero, para otros el filtro era insuficiente para controlar la movilidad humana, pues el retorno de muchos indígenas y la poca capacidad de los centros de salud hacía que se expanda la enfermedad hacia otras comunidades.

Los médicos bajaban del sector salud, se enfocan solo a hacer su trabajo, pero como que el ayuntamiento faltó inyectar recursos a los médicos para decirle, yo te compro tus guantes, pruebas para COVID, que son, este, adecuados al detectar. Te compro unas 200, 300 o quinientas, porque estuvieron ingresando muchísimos hermanos amuzgos de afuera, ya que estaban trabajando en Jalisco, Monterrey y Ciudad de México. Pues, por lo mismo de la pandemia, empezaron a cerrar negocios y se regresaron a Xochis, y nada más les tomaban los datos, pero hasta ahí, no hubo como tal un filtro de protección para la comunidad. Esa parte, creo que faltó más por parte del ayuntamiento para inyectar a los médicos, equiparlos para tratar de identificar, mitigar esa parte (ALFREDO, COMUNICACIÓN PERSONAL, 12 marzo 2021).

Un entrevistado cuestionaba el papel de las autoridades locales y la falta de atención que se les había brindado a las comunidades amuzgas.

Ellos están de 8 am a 3 de la tarde, su jornada de trabajo, solo ven quienes entran y quienes salen. Pero, a veces no tienen los equipos para saber si tienen COVID. Desafortunadamente, en la montaña está muy crítica la situación, debido a que no creen y no hay apoyo como tal. Hay gente que se duerme sin comer y otros que sí, pero eso sí, cuando hay campañas, hay que esta despena de parte de los partidos políticos (JORGE, COMUNICACIÓN PERSONAL, 28 noviembre 2020).

Otro relato reafirma lo expuesto en el sentido de que:

Realmente las autoridades se enfoquen directamente en lo que es la salud, que no es posible que haya centros de salud donde existen demasiadas carencias, que si tienen en verdad la intención que lo hagan bien, desde el personal como el equipo de trabajo. Y que si invierten más en educación y salud (ROGELIO, COMUNICACIÓN PERSONA, 18 noviembre 2020).

Dicho esto, la poca capacidad de los hospitales y centros de salud en atender a los pacientes con COVID-19, hizo que las familias decidieran atenderse en sus casas y hacer uso de la medicina tradicional. Cabe indicar que, si bien hubo ayuda del Estado en cuanto a repartición de víveres de primera necesidad se refiere, ésta solo duró poco tiempo. No todos fueron beneficiados con este programa, algunos cuestionaban que había preferencias por algunas familias.

El municipio pudo haber hecho más, pudieron tener mucho más control en la entrada. Estamos en septiembre [y desde un inicio, la enfermedad] estaba en otros lados, estaba ya con la pandemia. Aquí, decían que era un invento del gobierno para poder erradicar la población, o solo un invento para el miedo, sí, pero la misma desorganización del punto de entrada como hubo muchas personas que ingresaron, y que, pues desafortunadamente infestaron, Xochis, ahora hay muchas personas con la enfermedad (JOSÉ, COMUNICACIÓN PERSONAL, 22 enero 2021).

La ausencia de Estado se entiende a partir de su selección social y política del individuo, es decir, la vida es importante para este si logra ser parte de la reproducción del capitalismo (MBEMBE, 2011). En otras palabras, para el Estado no hay nada más valioso que la existencia de los individuos en tanto cosas y sujetos desechables que son. Debido a esta actitud, los amuzgos estaban en contra de las autoridades, porque hacía falta sensibilidad y atención a sus exigencias. De este modo, impusieron una temporalidad de articulación política y comunitaria frente a la dominación atribuida al poder municipal.

No hubo un apoyo a la comunidad, ya que para los negocios los obligó a cerrar y sin ningún sustento económico. Por otra parte, acepta que por parte de la población les hace falta concientizar la situación, ya que no utilizan las medidas de protección para un contagio. Menciona que ahora, ya las cosas se están normalizando, pero que no descarta la posibilidad de que se agraven las cosas nuevamente, aceptando a que sin la vacuna esto va a seguir igual o peor (CARMEN, COMUNICACIÓN PERSONAL, 20 febrero 2021).

Esta afirmación no es para menos, porque el secretario de Salud, López Gatell, señalaba a inicios del 2021 que la sociedad mexicana entraba a una etapa compleja que llegaría a inquietar la salud de las personas, así como de la economía y la vida diaria. Desde luego, esta aseveración se realizaba después de pasado un año de la pandemia. “Al menos hasta enero de 2021 [se] tendrá una fase de crecimiento”, pero la “pandemia seguirá en ascenso por lo menos hasta enero” sostenía el secretario López-Gatell (*LA JORNADA*, 01.12. 2020). Esto quería decir que existía toda una necesidad de reinventar la normalidad, aunque esto implicara excluir, marginar y segregar a las poblaciones.

Respuestas morales *ñomndaa*

Los *nn'an ncue ñomndaa* consideran que la naturaleza (la tierra, el hombre y las cosas no-humanas-artificiales) forma parte de su cultura, así como de su quehacer diario y colectivo. Durante los últimos años se han tenido que enfrentar a sequías, escases de agua, despojo territorial y constantes hostigamientos de parte de las élites locales que se han enquistado en el poder municipal. Esto ha sido motivo para que se organicen y se enfrenten a fenómenos internos y externos como la crisis sanitaria. Me refiero a la pandemia por COVID-19 y su relación con los procesos de exterminio del mundo natural/animal que afecta a las comunidades indígenas de Xochistlahuaca, quienes están tratando de rescatar a partir de sus experiencias la relación hombre-naturaleza, porque se han

generado cambios desde que se impuso la razón neoliberal. Esto ha provocado la aparición de mercancías y mercados de todo tipo, así como enfermedades, virus y bacterias que ha obligado a las comunidades a defenderse de aquello que el capitalismo considera como algo desechable: la vida.

Al respecto, varios colegas de México y América Latina consideran que la pandemia tiene que ser pensada a partir del campo epidemiológico de la zoonosis, es decir, la apropiación de la riqueza del entorno natural y la destrucción de muchos ecosistemas hace que se fragmenten las relaciones hombre-naturaleza y surjan enfermedades; pero, esto no queda allí, existe toda una intención para que este proceso continúe y la humanidad pueda retornar a un nuevo orden social o nueva normalidad más rápida, controladora y destructora que antes (ACUÑA et al, 2020; HAN, 2020). De otro lado, la pandemia del coronavirus no solo hace notar la poca capacidad que tiene el Estado en controlar esta enfermedad en las sociedades rurales, sino también evidencia la eclosión de las relaciones sociales capitalistas.

Por este motivo, los amuzgos se han visto en la necesidad de encontrar en la razón colectiva alternativas de sobrevivencia y respuesta a las transformaciones que están sufriendo sus territorios. Ellos protegen sus plantas, sus tierras, platican con los cerros en tiempos de crisis o cuando hay escases de lluvias, recurren a los sabios o curanderos para tratar sus enfermedades y se organizan para garantizar su alimentación. En realidad, esta rebeldía invisible, inexistente ante las formas clásicas de lucha, es una moral cuestionadora e histórica que nada a contracorriente del progreso y la desintegración de la humanidad y las ciencias triunfadoras (TODOROV, 1993). Las acciones, acuerdos y rechazos son algunas de las respuestas que han ido esbozando los amuzgos a la manera en que se ha ido controlando sociedad y legitimando las relaciones de dominación.

La gente aquí no cree como tal en el coronavirus. Al principio decían que era para imponer de parte del Estado, pero cuando ya

empezaron a enfermarse, uno que otro se empezó a cuidar, de que si hubo muertos si hubo, pero ¿dónde podíamos ir si aquí no tenemos nada? (CARMEN, COMUNICACIÓN PERSONAL, 20 agosto, 2020).

Esta afirmación retrata la relación de dominación que existe entre el Estado y las poblaciones indígenas de Guerrero. Hay que señalar que el nivel de marginalidad y pobreza en la cual se encuentran las comunidades amuzgas, al igual que los nahuas, tlapanecos y mixtecos se debe a este tutelaje político (SALAZAR, 2021). No en vano los habitantes de Xochistlahuaca señalan que el Estado está en deuda con el pueblo amuzgo, porque “nunca ha llegado el apoyo”. Acerca de esto un profesor bilingüe mencionaba que, si bien las comunidades estaban sometidas por los políticos y algunas familias, ahora “heredaban otro problema, porque se había incrementado la migración de jóvenes, así como el rezago educativo” (ALFREDO, COMUNICACIÓN PERSONAL, 15 de enero 2021). Esta expresión daba a entender el estado actual de los amuzgos, puesto que en Xochistlahuaca la migración ha sido importante para el envío de las remesas, sin embargo, con la pandemia los que se encontraban en Estados Unidos y los que no pudieron atravesar la frontera o se quedaron en el norte del país tuvieron que retornar. Al momento de incorporarse a la comunidad no pudieron encontrar trabajo, si alguien se enfermaba de coronavirus no podía donde hacerse tratar, porque no existían los medicamentos necesarios o, simplemente, no había personal médico suficiente para atenderlos. Ante esto, la respuesta inmediata de los amuzgos era recurrir a las plantas naturales para curar los síntomas del coronavirus. Asimismo, consideraban que la limpieza del cuerpo y el espíritu eran importantes para combatir esta enfermedad.

Cuando inició la pandemia. En abril del 2020, yo y mi esposa usamos limón y otras plantas, bueno, en realidad siempre hemos usado. Para nosotros no es nada nuevo eso que te obliguen a usar gel [antibacterial]. Luego de un tiempo, nadie quería usar

cubre bocas o gel, a mí no me dejaba respirar y mis manos se secaban (JOSÉ, COMUNICACIÓN PERSONAL, 17 febrero 2021).

Para el Estado la idea de limpieza (del cuerpo) implica orden, diferenciación y segregación, no toma en cuenta el consenso, la tradición o la participación de la gente en el control sanitario, excepto si se trata de resguardar el orden económico y social. Además, impone formas de actuar y vigilar la salud. La obligatoriedad de la “sana distancia” y uso de “gel antibacterial” se convierte en rechazo hacia el Otro y a sus modos de concebir el mundo. Cabe aclarar que, en abril del 2020, los amuzgos aceptaban las recomendaciones oficiales, es decir, usaban cubrebocas y mantenían el distanciamiento social, pero, antes de que en junio se levantara el aislamiento social, retornaron a la normalidad (dominadora), aunque eso implicara recurrir a otras formas de dominación.

Cuando visité Xochistlahuaca en el mes de octubre del mismo año, muchos decían que la situación era “la mejor después de tanto encierro”, los centros de salud, el mercado y algunos negocios atendían hasta cierta hora, no había restricciones como en un inicio. En esta ocasión, se podía pasar sin tantas restricciones por el filtro sanitario que se encontraba a unos kilómetros de la población y que estaba vigilado por trabajadores y policías del municipio. Las mujeres recuerdan que, meses atrás, las autoridades locales y estatales habían dado la orden para que los negocios y los espacios públicos se cerraran, pero hubo una retahíla de eventos como el desabasto, la falta de alimentos y medicamentos que hicieron que la gente retomara sus actividades sin temor a contagiarse de coronavirus. En su momento la idea de “no dejar pasar a nadie” era para evitar más muertes e infecciones, sin embargo, el retorno de los migrantes, comerciantes y turistas hizo que esta decisión se desmoronara en unas cuantas semanas.

De este modo, empezó a ascender de nuevamente la curva de la pandemia y con él las cifras de contagio que fueron encubiertas por las autoridades (DATA CRÍTICA, 2020). Tanto amuzgos como mestizos tenían temor de acudir a los centros de salud, porque

señalaban que allí nunca los habían atendido y, sobre todo, que se “oía que la gente empezaba a morir”. El personal de salud poco podía hacer, el Hospital Básico Comunitario, los 6 centros de salud y las casas de salud ubicadas en el municipio de Xochistlahuaca se encontraban saturados. Además, se desconocía de las pruebas rápidas para detectar si alguien padecía de coronavirus, no había oxígeno y mucho menos medicamentos para los pacientes.

Los amuzgos pensaban que el coronavirus era una “enfermedad del gobierno” y que estaba provocando ruptura entre ellos y su comunidad. Para hacerse tratar de la COVID-19 se hacían atender con el *tsa⁽ⁿ⁾ nch’a* o curandero. Él se encargaba de sanar las “enfermedades que no se podían ver” como el dolor de cabeza, la fiebre, el estrés y el miedo. “Se trataba de síntomas que indicaban que “algo no estaba bien y era por la cuarentena y lo mejor que se podía hacer era tratar de aprovechar en un sentido moral y responsable las cosas que otorgaba la naturaleza” (NOTAS DE LIBRETA DE CAMPO, octubre 2020). Esto daba a entender que los amuzgos disponían de un concepto único del cuerpo y el alma, de ningún modo se referían a éstos como una cuestión separada, al contrario, formaban parte de su existencia.

Dicha concepción contraria a la cartesiana la cual nos lleva a segregar, clasificar y diferenciar se manifiesta como una dimensión universal. En cambio, para un amuzgo esto no era posible, porque: “Tenemos que pensar en nuestro entorno y las cosas como parte de nosotros” (COMUNICACIÓN PERSONAL, 10 octubre 2020). Para los *ñomndaa* una palabra o concepto que define a una persona (en cuerpo y alma), animal o cosa tiene varios sentidos y significados que están articulados a los entornos biológicos y sociales. “Para los amuzgos no existe lo individual, sino el nosotros. La tierra al igual que los animales y las tecnologías son solo uno” (NOTAS DE LIBRETA DE CAMPO, noviembre 2020). Me parece que esta parte se explica a raíz de la experiencia humana, es decir, la gente se organiza y refuerza su identidad no solo para cuestionar el orden social y político, sino también para redescubrir el horizonte comunitario.

Durante los días de cuarentena, los amuzgos señalaban que la naturaleza podía curar las enfermedades no atendidas en los hospitales. Esto implicaba que podían retornar a la normalidad considerando los cuidados necesarios, sin embargo, el descrédito de parte de las autoridades traía consigo la exigencia de monitorear a las poblaciones indígenas a través de políticas de asistencia social. “El hecho de entregar víveres de primera necesidad, así como accesorios de limpieza, implica también registrar, borrar y reclasificar al individuo” (NOTAS DE LIBRETA DE CAPO, agosto de 2020). En otras palabras, para que los amuzgos sean acreedores de algún tipo de ayuda municipal, debían seguir todas las medidas indicadas por las autoridades. “En la comunidad más olvidada de Guerrero, la gente no podía aceptar indicaciones como quédate en tu casa o deja de trabajar”, al contrario, tenían que imponerse a una sociedad de mercado responsable de la destrucción de las relaciones humanas y naturales (NOTAS DE LIBRETA DE CAMPO, agosto de 2020. Dicho esto, la rebeldía indígena vista desde la lucha cotidiana se presenta en favor de la recuperación del organismo social y biológico. Se trata de una lucha moral en tiempos de crisis de las relaciones sociales capitalistas.

El rechazo en común

Después del cierre de las fronteras de Xochistlahuaca, los topiles o representantes comunitarios se organizaron y decidieron convocar a juntas de discusión. Los amuzgos empezaban a crear canales de comunicación más cercanos y recalcan que la pandemia podía ser controlada si se tomaba en cuenta el conocimiento tradicional que se tenía, desde luego, sin evitar las recomendaciones sanitarias. De esta forma, sin ánimos de quebrantar el poder local, los amuzgos empezaron a retomar la idea principal de la lucha desde abajo, quiere decir, el nosotros como potencia política e impugnación al nuevo orden social. La gente atendía las medidas impuestas por la Secretaría de Salud, pero también se organizaba para retomar las ventas e instaba a

recurrir a los curanderos o usar las plantas medicinales en caso de tener los síntomas de la COVID-19.

Nos organizamos, el día de feria salíamos ordenados. Las mujeres por un lado y nosotros por otro lado. Las tiendas y restaurantes tenían agua con jabón. Se ponía letreros en las calles para avisar a la gente que se cuidara. En un inicio aceptamos trabajar con el gobierno municipal. Pero luego hubo mucho problema, la ayuda se perdió. Muchos empezaron a desconfiar e hicimos lo que hacíamos antes, entender nuestras familias, trabajar nuestras tierras y cuidar nuestros animales (OSCAR, COMUNICACIÓN PERSONAL, 7 febrero 2021).

Otro amuzgo señala al respecto:

El presidente municipal dijo que nos ayudaría, nosotros seguimos igual. Usamos plantas que solo conoce mi abuela, las hervimos y hacemos otras cosas más para curarnos (EDUARDO, COMUNICACIÓN PERSONAL, 25 noviembre 2020).

La medicina tradicional, incluyendo el uso de sustancias derivadas de las plantas, se convierte en un medio importante para que los enfermos de COVID-19 se recuperen. La vida y la naturaleza son considerados por los amuzgos como una cuestión indisoluble, en caso de generarse una ruptura de las relaciones hombre-naturaleza podría emanar en conflicto. En efecto, para la comunidad amuzga la pandemia es asimilada como un conflicto, es decir, no se trata de un problema interno, sino es más bien un elemento exógeno que genera *caos* e incertidumbre social. En ese sentido, el único modo de restablecer el tejido social depende de la razón dialógica y el compromiso, aunque esto implique reclamar a la autoridad.

No puedes alejarte de tu tierra, de aquí comes y te da vida. Mira todo esto, cada vez es peor, ¿cómo podría estar solo en mi casa y dejar de hablarme con mi familia? Si para el gobierno nunca hemos existido.

¿Por qué ahora nos dicen que hagamos cosas cuando antes no sabían quiénes éramos? Éramos nadie (JORGE, COMUNICACIÓN PERSONAL, 12 octubre 2020).

En relación con esto, la idea de los nadie me parece interesante de saltar, porque retrata la voz (en plural) cuestionadora y, además, apela a una forma de violencia divina que pone en el centro la dignidad humana (BENJAMIN, 2007). Para Benyo (2017) se trata de un momento de construcción de lo social que promueve la desaparición de toda especie de dominación, en otras palabras, “resulta en su mera existencia una afrenta suprema al derecho que, a diferencia de otras formas de violencia que tratan de ser institucionalizadas con el fin de evitar males mayores, lanza sobre ella el anatema de propiciar la destrucción de la comunidad” (p. 91). A diferencia de la violencia legítima imperante, esta violencia humana nace de los miedos, silencios y recuerdos.

Nosotros nos apoyamos colectivamente, no nada más en la cuestión política, en todo. Antes, las comunidades y entre los pueblos originarios, cuando una persona iba a sembrar su parcela, entonces, tu compadre o tu vecino te acompañaban a limpiar tu parcela. En ese día tu esposa y tus hijos se encargaban de darles de almorzar y comer, porque te fueron a ayudar. Ahora quedamos, ¿cuándo te vamos a ayudar con las otras parcelas?, ¿cuándo limpiamos la tuya? Somos comunidad (ALFREDO, COMUNICACIÓN PERSONAL, 20 enero 2021).

Estas reminiscencias y experiencias en común lanzan una “luz de cosmos y de dilatación gloriosa” contra las formas destructoras de las relaciones hombre-naturaleza y brindan la pauta para repensar la política (DIDI-HUBERMAN, 2009, p. 8). Por este motivo, para los amuzgos es importante pensar en términos de posibilidad, de cercanía con la tierra y de riqueza natural con la que cuenta el ser humano. La reinención del mundo merece una reflexión a partir de estos desenlaces que condicionan la vida y el futuro de la humanidad. Ello es posible si se dimensiona al interior

de ésta no solo los desgarramientos sociales, sino también las anécdotas humanas, infrapolíticas y cotidianas (SCOTT, 1990). Es decir, como bien afirma Lukács (1994):

[...] la forma inmediata de la generosidad del hombre, [que] aparece como la base de todas las reacciones espontáneas de los hombres a su ambiente social, la cual a menudo parece actuar de una forma caótica. Pero precisamente por esto está contenida en ella la totalidad de los modos de reacción, naturalmente no como manifestaciones puras, sino más bien caótico-heterogéneas (p. 12).

Para comprender la rebeldía de los pueblos indígenas es necesario revisitar la historia con la intención de reafirmar que las dolencias de nuestro mundo son resultados de nuestra relación con el mundo no humano (LOWY, 2011; BOFF, 2017). Dicho esto, la moral de los *nn'an ncue ñomndaa* exige el reencuentro con nuestro entorno social y natural, porque el capitalismo no solo está destruyendo las relaciones humanas, sino también toda forma de existencia. No se puede ocultar el sufrimiento de los condenados de la tierra, señala Fanon (1994), porque al haber soportado el exilio en su propia tierra se ven obligados a cuestionar la afirmación de que la vida es menos que la muerte.

Referencias

ACUÑA, KENNY et. al. **Cartografías de la pandemia en tiempos de crisis civilizatoria. Aproximaciones a su entendimiento desde México y América Latina.** Ciudad de México: La Biblioteca, 2020.

AGUIRRE, IRMA G. **Amuzgos de Guerrero.** Pueblos Indígenas del México Contemporáneo. México: CDI, 2007.

AGUIRRE, IRMA G. **Monografía del pueblo amuzgo de Oaxaca y Guerrero.** México: CDI, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Conceptos de filosofía de la historia**. Buenos Aires: Terramar, 2007.

BENYO, Javier. La(s) historia(s). Origen, repetición y diferencia. **ANACRONISMO E IRRUPCIÓN**. Vol. 6 N°11 noviembre 2016-mayo 2017.

BOFF, LEONARDO. **La sostenibilidad**. Qué es y qué no es. Ciudad de México, Ediciones Dabar, 2017.

CABRERA, ENRIQUETA. **Pandemia y economía, el largo camino 2020-2021**. Disponible en: <https://www.eluniversal.com.mx/opinion/enriqueta-cabrera/pandemia-y-economia-el-largo-camino-2020-2021>. Acceso el: 10 mayo 2021.

CONEVAL (CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL). **Informe anual. La situación de pobreza y rezago social 2015**. Xochistlahuaca, Guerrero. México: CONEVAL, 2015.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. **Base de datos indicadores**. Disponible en: 2010 http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Indices_de_Marginacion_2010_por_entidad_federativa_y_municipio. Acceso el: 7 de mayo de 2021

DATA CRÍTICA. **México subregistró más de 9 mil casos de indígenas en datos oficiales de Covid-19**. Disponible en: <https://datacritica.org/portfolio/covid-19-mexico-oculto-casos-entre-indigenas/>. Acceso el: 10 de marzo de 2021

DEBORD, GUY. **La sociedad del espectáculo**. España: Pre-textos, 2008.

DESPERTAR DE LA MONTAÑA. Permanente el seguimiento a desarrollo del COVID-19 e incidencia delictiva en Guerrero. Disponible en: <https://despertardelamontana.com/guerrero/permanente-el-seguimiento-a-desarrollo-del-covid-19-e-incidencia-delictiva-en-guerrero>. Acceso el: 25 julio de 2020.

DIDI-HUBERMAN, GEORGES. **Supervivencia de las luciérnagas**. España: Abada, 2009.

EL FARO DE LA COSTA CHICA. **Instalan filtro sanitario en la ruta Ometepec – Xochistlahuaca.** Disponible en: <https://www.elfarodelacostachica.com.mx/2020/05/instalan-filtro-sanitario-en-la-ruta-ometepec-xochistlahuaca/>. Acceso el: 25 junio de 2020.

FANON, FRANTZ. **Los condenados de la tierra.** México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1994.

HAN, BYUNG-CHUL. La emergencia viral y el mundo de mañana. En: SOPA DE WUHAN. **Pensamiento contemporáneo en tiempos de Pandemias.** Giorgio Agamben, Slavoj Zizek, Jean Luc Nancy, Franco “Bifo” Berardi, Santiago Lopez Petit, Judith Butler, Alain Badiou, David Harvey, ByungChul Han, Raul Zibechi, Maria Galindo, Markus Gabriel, Gustavo Yanez Gonzalez, Patricia Manrique y Paul B. Preciado. Buenos Aires: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 97-112.

INALI (INSTITUTO NACIONAL DE LENGUAS INDÍGENAS). Catálogo de las Lenguas Indígenas Nacionales: Variantes Lingüísticas de México con sus autodenominaciones y referencias geoestadísticas. **Diario Oficial**, 31-108, 2008.

INEGI (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y GEOGRAFÍA). Visualizador analítico para el COVID – 19. Disponible en: <https://gaia.inegi.org.mx/covid19/>. Acceso el: 25 junio de 2021.

INFOBAE. **Cronología: las polémicas declaraciones de López Obrador sobre la pandemia de coronavirus en México.** Disponible en: <https://www.infobae.com/america/mexico/2020/05/14/cronologia-de-una-pandemia-las-polemicas-declaraciones-de-lopez-obrador-sobre-el-coronavirus-en-mexico/>. Acceso el: 25 octubre de 2020.

LA JORNADA. **Pandemia seguirá en ascenso por lo menos hasta enero, reconoce Hugo López-Gatell.** Disponible en: <https://www.jornada.com.mx/2020/12/01/politica/014n1pol>. Acceso el: 8 de junio de 2021

LOWY, MICHAEL. **Ecosocialismo. La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista.** Buenos Aires, Ediciones Herramienta y Editorial El Colectivo, 2011.

LUKÁCS, GYÖRGY. Prefacio. En: HELLER, Ágner. **Sociología de la vida cotidiana.** Ediciones Península: Barcelona, 1994. p. 9-14.

MBEMBE, ACHILLE. **Necropolítica.** España: Melusina, 2011.

MORENO, ULISES. Rural pandemic: The afterlives of slavery and colonialism in Costa Chica, Mexico. **Dialogues in Human Geography.** Vol. 10(2). London, 2020.

NAVARRETE, ALINA. (22 noviembre, 2021). **Jornaleros indígenas de Guerrero; la migración para escapar de la pobreza.** Disponible en. <https://replicaguerrero.com/2021/11/22/jornaleros-indigenas-de-guerrero-la-migracion-para-escapar-de-la-pobreza/>

OTA, GEN. Desenvolvimiento del pueblo indígena amuzgo de Xochistlahuaca en/entre lo “tradicional” y la “modernización”. **PLURIVERSIDAD.** 4. Lima, 2019.

QUIJANO, ANÍBAL. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En. LANDER, Edgardo (ed). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.** Caracas: Perspectivas latinoamericanas, 2020. p. 201-246.

RAMÓN, JUAN. **¿Salvar vidas o salvar la economía?.** Disponible en: https://blogs.elconfidencial.com/economia/laissez-faire/2020-05-11/salvar-vidas-economia-desescalada-estado-alarma_2587920/. Acceso el: septiembre 2021.

SCOTT, JAMES. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos.** México D.F.: Ediciones Era, 1990.

TODOROV, TZVETAN. **Las morales de la historia.** Barcelona: Paidós, 1993.

WALLERSTEIN, INMANUEL. **El moderno sistema mundial, tomo I.** México: Siglo XXI Editores, 1979.

